



e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o SERVIÇOS dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida





prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,

b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

CONTRATANTE \_\_\_\_\_ CONTRATADA \_\_\_\_\_

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

070

**ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida a \_\_\_\_\_, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é \_\_\_\_\_(código) - \_\_\_\_\_(descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

071

**ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº \_\_\_\_/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745 / 2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.





**PARECER JURÍDICO Nº 135/2022**

**Processo Licitatório nº: 031/2022**

**Interessado: Departamento de Licitações e Compras**

**Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, seus anexos e minuta de contrato.**

Recebe esta Procuradora, pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao processo nº 031/2022, que trata da abertura de licitação na modalidade de pregão eletrônico para futura contratação de plantão presencial no Centro de Saúde de Coronel Domingos Soares/PR.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja "Pregão Eletrônico", e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

**1. Do relatório:**

O processo teve início com a requisição formulada pelo departamento da administração interessado, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pela contadora responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas; apreciação do setor de controle interno.

Sugeriu a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão Eletrônico, bem como do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do setor interessado, que ora são submetidas à apreciação Jurídica.

**2. Da análise da escolha da modalidade:**

Verificamos pelos documentos constantes dos autos que os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório foram corretamente observados.

Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações.

A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura retro apresentada, verifica-se que se trata de material necessário ao arquivamento dos documentos contábeis desta municipalidade, cuja descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo as necessidades do serviço público. A apreciação das





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

073

peculiaridades do objeto não é afeita, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os Procuradores não têm conhecimento técnico na área abordada tampouco tem detém competência legal para tal.

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão Eletrônico para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

### **3. Da análise da minuta do edital:**

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - Objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - Prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - Sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - Local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - Se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - Condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - Critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - Locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - Condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - Critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - Limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

074

- XIV - Condições de pagamento, prevendo:
- a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
  - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
  - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
  - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
  - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - Instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 da Lei nº 8.666/93, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

Por fim, ressalte-se que a adoção da via eletrônica para a disputa deste pregão atende as disposições de legislação pátria vigente e, neste sentido, cabe respeito igualmente a publicação junto ao DIOE e/ou DOU, além do DIOEMS.

#### 4. Conclusão

Por todo o exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade Pregão Eletrônico para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minutas de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares, 09 de março de 2022.

  
Neyva Magalhães Rocha de Carvalho  
Procuradora OAB/PR 99006  
Portaria 138/2019



PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS  
SOARES  
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO  
ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP  
85557000

075

**PARECER CONTROLE INTERNO N° 61/2022**

**FINALIDADE:** contratação de plantão presencial no cetro de Saúde da sede Coronel Domingos Soares.

**I-DOS FATOS:** Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº31/2022 Pregão Eletrônico nº 18/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de contratação de plantão presencial no cetro de Saúde da sede Coronel Domingos Soares.

Em justificativa, se faz necessário a contratação pois o município não possui unidade hospitalar.

**II-DO CONTROLE INTERNO:** A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete".

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

**III-PRELIMINARMENTE:** Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível contratação de plantão presencial no cetro de Saúde da sede Coronel Domingos Soares.

**IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:**

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) proposta de Preço;
- e) Parecer Contábil;
- f) parecer Jurídico;

**V - DA FUNDAMENTAÇÃO:** Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI N° 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### Extrato de Edital de Licitação – Pregão 18/2022–Eletrônico

Objeto: Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 30/03/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 30/03/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link-licitações". Acesso a integral do edital também pelo site <http://www.pmcgs.pr.gov.br/>. Rafaela Schereiner–Pregoeira.

000004105

ELETRÔNICAS: às 10:00 do dia 29/03/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:30 do dia 29/03/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br/>. Rafaela Schereiner - Pregoeira.

22000/2022

**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**  
**Extrato de Edital de Licitação – Pregão 17/2022 – Eletrônico**

Objeto: Aquisição de Máquinas Agrícolas para compor a frota do Departamento de Agricultura, através do Convênio nº 033933/2021, celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 13:00 do dia 29/03/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 do dia 29/03/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br/>. Rafaela Schereiner - Pregoeira.

22003/2022

**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**  
**Extrato de Edital de Licitação – Pregão 18/2022 – Eletrônico**

Objeto: Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 30/03/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 30/03/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br/>. Rafaela Schereiner - Pregoeira.

22010/2022

**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**  
**Extrato de Edital de Licitação – Pregão 19/2022 – Eletrônico**

Objeto: Contratação de Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), realização de exames Raio - X, 24 horas por dia, dentro do Município de Coronel Domingos Soares. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15:00 do dia 29/03/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 29/03/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br/>. Rafaela Schereiner - Pregoeira.

22007/2022

## Coronel Vivida

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR**

**AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Nº 21/2022**

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE  
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA OS LOTES 01 E 02 E EXCLUSIVA PARA ME, MEI OU EPP PARA OS LOTES 03 AO 06  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS EXECUÇÕES DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, CONserto, LIMPEZA E REPARO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E OUTROS RELACIONADOS (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 16 de março de 2022 até às 08h00min do dia 29 de março de 2022. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 29 de março de 2022. Início da disputa de preços às 09h00min do dia 29 de março de 2022. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 561.800,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). O edital está disponível nos sites [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 14 de março de 2022. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

22826/2022

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR**

**AVISO DE REABERTURA - EDITAL ALTERADO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2022**

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE RADIOLOGIA, SOB REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO DE 24 HORAS. LOCAL E HORÁRIO: Praça Ângelo Mezzomo, s/n. Fica alterada a data para credenciamento e entrega dos envelopes para até as 09:00h do DIA 28 DE MARÇO DE 2022 e a data de abertura dos envelopes para as 09:01h do DIA 28 DE MARÇO DE 2022 devido a alterações no edital, onde, foi retirado o subitem 9.9. do termo de referência, alteração do subitem 9.8. do termo de referência e correção do subitem 14.4. do edital. O edital alterado poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br). Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 14 de março de 2022. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

22853/2022

## Corumbataí do Sul

**AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 15/2022

Pregão Eletrônico nº 08/2022

Modo: Aberto e Fechado

OBJETO: Aquisição de veículos utilitários tipo pick up, novas, zero quilômetros, ano de fabricação 2021/2022, com recursos financeiros provenientes de convênios e/ou próprios do Município, conforme descrito e especificado no Anexo I, parte integrante do processo administrativo.

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 28 de Março de 2022 às 08:30 horas.

VALOR MÁXIMO: R\$ 183.780,00 (cento e oitenta e três mil setecentos e oitenta reais). Informações complementares do Edital encontra-se disponível no departamento de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através do telefone: 44 – 3277-1153, no site: [www.corumbataidosul.pr.gov.br](http://www.corumbataidosul.pr.gov.br) (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou ainda através do e-mail: [licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br](mailto:licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br).

PAÇO MUNICIPAL, 14 de Março de 2022.

ALEXANDRE DONATO - Prefeito Municipal

22489/2022

## Douradina

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Douradina-PR, através de seu Prefeito, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022

OBJETO: Aquisição de 01(um) veículo utilitário, 2 portas, modelo pick-up, atendendo a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Douradina-PR. Tipo: MENOR PREÇO (Item).

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em 31 de março de 2022 às 09h00min, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), nos termos das condições descritas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 14/03/2022 até as 08h10min do dia 31/03/2022.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h10min às 08h45min do dia 31/03/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 31/03/2022. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, Lei Municipal nº 2.147/2018, Decreto Municipal nº. 73, de 19 de abril de 2021 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: A pasta contendo o edital completo poderá ser adquirida, junto ao setor de licitações, no endereço acima e no site: [www.douradina.pr.gov.br](http://www.douradina.pr.gov.br). DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtido no setor de licitações ou pelo fone (44)3663-1579, ramal 217.

Douradina-PR, 11 de março de 2022.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

22247/2022

## Enéas Marques

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Processo Administrativo nº. 15/2022 Modalidade: Tomada de Preços nº. 2/2022 Tipo de julgamento: Menor Preço Objeto: Contratação para revestimento asfáltico com C.B.U.Q. sobre pavimentação poliédrica existente com camada de regularização de brita graduada de 15 cm, com área total de 13.008 m², incluindo a sinalização horizontal e vertical, com extensão de 2.168 metros no Município de Enéas Marques, conforme condições, quantidades e especificações contidas neste instrumento e seus anexos. COM VALOR MÁXIMO DE R\$ 1.210.726,93 (um milhão, duzentos e dez mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos). Entrega e abertura dos Envelopes: 30/03/22 às 08:30. O Edital poderá ser obtido no site do município: [eneasmrques.atende.net](http://eneasmrques.atende.net), dúvidas entrar em contato pelo fone (0\*\*46)3544-2103 ou na Avenida Joaquim Bonetti, 579, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

ENÉAS MARQUES, 14 de março de 2022.

EDSON LUPATINI Prefeito Municipal

JOELMIR C. MARTINS Pregoeiro

22867/2022



**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR JANDIR BANDIERA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES – ESTADO DO PARANÁ.**



**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022.**

A AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com sede da Av. Ayrton Senna da Silva, 500 sala 1703, Londrina – PR, inscrita no CNPJ: 33.458.003/0001-22, VEM respeitosa e tempestivamente, por intermédio do seu Sócio Administrador Sr. Thiago de Castro Silveira, portador do RG. 5921030-0, CPF 022279289-21, residente e domiciliado em Londrina - PR, com fundamento no Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993, interpor:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Nos termos do Edital em referência, que adiante específica, o que faz na conformidade seguinte:

**I - DO OBJETO**

*"Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas."*

**II - DOS FATOS**

O Município de Bom Jesus do Sul tornou público o Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2022 previsto a se realizar no dia 30 de março de 2022, para



Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas.

A Presente impugnação apresenta questões pontuais que vicia o ato convocatório por omitir a exigência de documentação essencial para que se possa comprovar a regularidade técnica da empresa que prestará os serviços, condições essenciais para a validade de qualquer procedimento licitatório e por descumprir os preceitos legais estabelecidos na Constituição Federal e Lei de licitações 8.666/93, consubstanciado nas exigências relativas à qualificação técnica inexistentes no edital.

### III – DA ILEGALIDADE

Tal certame trata da contratação de pessoa jurídica, porém não consta a exigência do Registro da empresa na entidade profissional competente tampouco atestado de capacidade técnica que comprove a competência da mesma.

O Órgão responsável por fiscalizar os serviços médicos de empresas é o Conselho de Médica (CRM), que no seu artigo 2º do Regimento interno descreve suas principais atribuições, como segue:

*“Cabe ao CRM-PR, como órgão supervisor da ética médica no Estado do Paraná e, ao mesmo tempo, julgador e disciplinador das atividades médicas, zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina, pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente”.*

A Resolução N° 1.791/2011 no seu art. 3º do Conselho Federal de Medicina verba:

*“As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.”*

Complementando, vejamos a Lei 6.839/80 em seu art. 1º que trata sobre a obrigatoriedade do registro de classe das empresas:

*“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”*

A Lei de licitação 8.666/93 no seu artigo 30 regulamente as regras relativas à qualificação técnica das empresas licitantes:



*"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"*

A produção de edital sem exigências mínimas de qualificação técnica além de suprimir determinação da lei 8.666/93 de licitações fere o princípio constitucionais da legalidade, cabe lembrarmos aqui:

O princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal nos seguintes artigos:

*Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [ ... ]*

*II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [ ... ]*

*Art. 37º - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [ ... ]*

Enquanto no art. 5º, inciso II da CF, temos o Princípio da Legalidade disposto sob a ótica individual, determinando que o Poder Público, para determinar o que se poderá e o que não se poderá fazer, deve elaborar leis, o que nos garante uma maior segurança jurídica; temos no Art. 37 de nossa Carta Magna, o Princípio da Legalidade sob a ótica da Administração Pública, ao estabelecer que administrador público só poderá agir dentro daquilo que é previsto e autorizado por lei.



#### IV- DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Que seja acrescentado dentre as exigências de Qualificação Técnica/habilitação a apresentação do registro do CRM da Empresa que prestará o serviço.

Sem mais.

Anexo:

Contrato Social Consolidado.

Londrina, 25 de março de 2022.

THIAGO DE CASTRO  
SILVEIRA:022279289  
21

Assinado de forma digital por  
THIAGO DE CASTRO  
SILVEIRA:02227928921  
Dados: 2022.03.25 18:28:49 -03'00'

Nome: Thiago de Castro Silveira  
CPF: 022279289-21  
Sócio Administrador



**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

083

**THIAGO DE CASTRO SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de separação obrigatória de bens, natural de Bandeirante/Pr., nascido em 10/07/1977, inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.279.289-21, RG sob n.º 5.921.030-0 SESP/PR, portador da CNH de nº 01478425950 DETRAN-PR, residente e domiciliado à Rua Eurico Humming, nº 840, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86050-464, na cidade de Londrina;

**IASMINE SALLE SILVEIRA**, brasileira, Investigadora, casada sob regime de separação obrigatória de bens, nascida no município de Londrina, Estado do Paraná, em 25/04/1981, inscrita no CPF/MF sob o n.º 034.333.009-17, portadora do RG sob n.º 7.712.355-5, residente e domiciliada à Eurico Humming, nº 840, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86050-464, na cidade de Londrina;

**MARIA PAULA RAMOS DE MENEZES**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, médica, devidamente inscrito no CRM/PR nº 45.039, nascido em 24/02/1995 no município de S. Gonçalo do Sapucaí/MG, portador do RG nº 40.180.740-X e inscrito no CPF nº 440.300.068-17, residente e domiciliado na Rua Gomes Carneiro nº 75, apto 703, Bairro Boa Vista, CEP 86015-240, na cidade de Londrina -PR.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, com sede à Rua Santos Dumont, nº 620, Sala 73 – Centro, CEP 86.600-109, na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 33.458.003/0001-22, com registro na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41209161683, por este instrumento decidiram por unanimidade e na melhor forma de direito, alterar seu contrato social, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

**Clausula Primeira: DOS CNAES SECUNDÁRIOS:** Alteração do CNAE da Sociedade para:

- 7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária
- 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia
- 8630-5/04 - Atividade odontológica
- 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
- 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise
- 8650-0/06 - Atividades de fonoaudiologia
- 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição

**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

084

**Clausula Segunda: DO OBJETO:** Alteração do Objeto Social da Sociedade para: Atividades de médicos autônomos em unidades hospitalares e consultórios de terceiros, prestação de serviço médico e atendimento em pronto socorro, unidades hospitalares, hospitais, clínicas e postos de saúde, atividades de enfermeiros autônomos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas legalmente habilitados exercidas de forma independente, atividades de psicólogos e de psicanalistas, serviços de radiodiagnóstico, tais como: radiologia médica e odontológica, densitometria óssea, hemodinâmica, medicina nuclear, mamografia, fluoroscopia, atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios e hospitais e fornecimento de mão-de-obra temporária a empresas.

**Cláusula Terceira: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

**Cláusula Quarta: DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO:** Em consequência das alterações, resolve o titular consolidar o ato constitutivo o qual, já refletindo as alterações acima, passa a ter a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**

**THIAGO DE CASTRO SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de separação obrigatória de bens, natural de Bandeirante/Pr., nascido em 10/07/1977, inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.279.289-21, RG sob n.º 5.921.030-0 SESP/PR, portador da CNH de nº 01478425950 DETRAN-PR, residente e domiciliado à Rua Eurico Humming, nº 840, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86050-464, na cidade de Londrina;

**IASMINE SALLE SILVEIRA**, brasileira, Investigadora, casada sob regime de separação obrigatória de bens, nascida no município de Londrina, Estado do Paraná, em 25/04/1981, inscrita no CPF/MF sob o n.º 034.333.009-17, portadora do RG sob n.º 7.712.355-5, residente e domiciliada à Rua Eurico Humming, nº 840, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86050-464, na cidade de Londrina;

**MARIA PAULA RAMOS DE MENEZES**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, médica, devidamente inscrito no CRM/PR nº 45.039, nascido em 24/02/1995 no município de S. Gonçalo do Sapucaí/MG, portador do RG nº 40.180.740-X e inscrito no CPF nº 440.300.068-17, residente e domiciliado na Rua Gomes Carneiro nº 75, apto 703, Bairro Boa Vista, CEP 86015-240, na cidade de Londrina -PR.



**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

085

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, com sede à Rua Santos Dumont, nº 620, Sala 73 – Centro, CEP 86.600-109, na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, resolvem, consolidar seu contrato social que passará a reger-se pelo que está contida nas cláusulas a seguir:

**Cláusula primeira:** A sociedade empresária limitada girará sob o nome empresarial de **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** será regida por este contrato social, pelo contido Lei nº 10.406/2002 CC.

**Cláusula segunda:** A sociedade terá a sua sede, à Rua Santos Dumont, nº 620, Sala 73 – Centro, CEP 86.600-109, na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, resolvem, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seus sócios, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

**Cláusula terceira:** A empresa terá como objeto: Atividades de médicos autônomos em unidades hospitalares e consultórios de terceiros, prestação de serviço médico e atendimento em pronto socorro, unidades hospitalares, hospitais, clínicas e postos de saúde, atividades de enfermeiros autônomos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas legalmente habilitados exercidas de forma independente, atividades de psicólogos e de psicanalistas, serviços de radiodiagnóstico, tais como: radiologia médica e odontológica, densitometria óssea, hemodinâmica, medicina nuclear, mamografia, fluoroscopia, atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios e hospitais e fornecimento de mão-de-obra temporária a empresas.

**Parágrafo Único:** O CNAE da Sociedade será:

Atividade Principal:

8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;

Atividades Secundarias:

8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;

8650-0/01 - Atividades de enfermagem;

7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária

8650-0/04 - Atividades de fisioterapia

8630-5/04 - Atividade odontológica

8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia

8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise

8650-0/06 - Atividades de fonoaudiologia

8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição

**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

086

**Cláusula quarta:** O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

**Cláusula quinta:** O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 350.000 (trezentos e cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, devidamente integralizados, em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

TITULAR	QUOTAS	CAPITAL (R\$)	%
THIAGO DE CASTRO SILVEIRA	175.000	175.000,00	50%
IASMINE SALLE SILVEIRA	171.500	171.500,00	49%
MARIA PAULA RAMOS DE MENEZES	3.500	3.500,00	1%
<b>TOTAL</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000,00</b>	<b>100%</b>

**Cláusula sexta:** As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1.056 e 1.057 de 10/10/2002 – CC.

**Parágrafo Único:** Na falta do sócio THIAGO DE CASTRO SILVEIRA suas quotas serão transferidas para a sócia IASMINE SALLE SILVEIRA, na falta da sócia IASMINE SALLE SILVEIRA suas quotas serão transferidas para o sócio THIAGO DE CASTRO SILVEIRA, na falta dos dois concomitantemente seguirá a linha sucessória legal.

**Cláusula sétima:** A empresa poderá, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional, mediante alteração deste ato constitutivo.

**Cláusula oitava:** A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002 CC.



**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

087

**Cláusula nona:** O sócio que deseja transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através dos demais, caso o quadro social esteja composto por mais de dois sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse.

**Cláusula décima:** A sociedade será administrada pelo sócio administrador já qualificados **THIAGO DE CASTRO SILVEIRA** ao qual compete **privativa e individualmente** uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando os mesmos dispensados da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

**Parágrafo Único:** O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

**Cláusula décima primeira:** O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critérios dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1065 da Lei 10.406 de 10/01/2003 – Código Civil.

**Cláusula décima segunda:** A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: (I) – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (II) – designar administradores, quando for o caso; (III) – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**Cláusula décima terceira:** Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente e sucesso, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ 33.458.003/0001-22**  
**NIRE 41209161683**  
**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

088

**Parágrafo primeiro:** Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes.

**Parágrafo segundo:** A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seu sucessor, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

**Cláusula décima quarta:** Os administrador declara, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contraa economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula décima quinta:** Declaram os sócios, sob as penas da lei, que o porte da sociedade se enquadra na condição de "DEMAIS".

**Cláusula décima sexta:** Os sócios elegem o Foro da Comarca de Rolândia, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros.

Rolândia, 13 de outubro de 2021

THIAGO DE CASTRO SILVEIRA

IASMINE SALLE SILVEIRA

MARIA PAULA RAMOS MENEZES





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02227928921	THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
03433300917	IASMINE SALLE SILVEIRA
44030006817	MARIA PAULA RAMOS DE MENEZES



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2021 14:13 SOB Nº 20216938953.  
PROTOCOLO: 216938953 DE 19/10/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12107709439. CNPJ DA SEDE: 33458003000122.  
NIRE: 41209161683. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/10/2021.  
AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

090

**Memorando interno 025/2022**

Coronel Domingos Soares, 28 de março de 2022

De: Pregoeira Municipal  
Para: Departamento de Saúde

- a. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, em petição de impugnação do edital Pregão 18/2022, construído para Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas, cuja demanda solicita que seja acrescido nas condições editalícias, a exigência da apresentação do Registro do CRM da empresa que prestará o serviço, conforme cópia da impugnação em anexo;
- b. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 30/03/2022 tendo esta Pregoeira o prazo de 24 horas para manifestar-se sobre o pedido que poderá desencadear, dentre outros atos, a suspensão do certame ou até mesmo a sua reprogramação o que afetaria o fluxo de contratação para a Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas;

**Nos cumpre:**

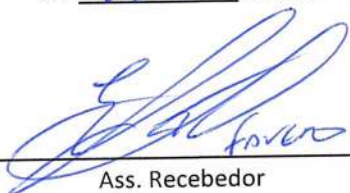
1. Requerer, em caráter de urgência/urgentíssima(entendido como 24 horas), seja construída manifestação expressa, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta a impugnação citada.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.

  
Rafaela Schereiner  
Pregoeira  
Portaria nº 059/2021

Recebi uma via deste, em  
28/03 de março de 2022  
As 08:41 horas

  
Ass. Recebedor





**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**



091

**MEMORANDO INTERNO 097/2022**

**Do: Departamento Municipal de Saúde  
Para: Rafaela Schereiner – Pregoeira**

**Assunto: Memorando Interno 025/2022**

Prezada Senhora;

Pelo presente informamos a Vossa Senhoria que não podemos nos manifestar, pois não temos conhecimento do Pregão Eletrônico n 18/2022 que o Município de Bom Jesus do Sul publicou.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Marly Bevilacqua Maito**  
Diretora do Departamento Municipal de Saúde  
Portaria nº 002/2021

Coronel Domingos Soares Pr., 28 de março de 2022.

elf



**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR JANDIR BANDIERA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES – ESTADO DO PARANÁ.**



**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022.**

A AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com sede da Av. Ayrton Senna da Silva, 500 sala 1703, Londrina – PR, inscrita no CNPJ: 33.458.003/0001-22, VEM respeitosa e tempestivamente, por intermédio do seu Sócio Administrador Sr. Thiago de Castro Silveira, portador do RG. 5921030-0, CPF 022279289-21, residente e domiciliado em Londrina - PR, com fundamento no Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993 , interpor:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Nos termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

**I - DO OBJETO**

*“Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas.”*

**II - DOS FATOS**

O Município de Coronel Domingos Soares tornou público o Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2022 previsto a se realizar no dia 30 de março de 2022, para





Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas.

A Presente impugnação apresenta questões pontuais que vicia o ato convocatório por omitir a exigência de documentação essencial para que se possa comprovar a regularidade técnica da empresa que prestará os serviços, condições essenciais para a validade de qualquer procedimento licitatório e por descumprir os preceitos legais estabelecidos na Constituição Federal e Lei de licitações 8.666/93, consubstanciado nas exigências relativas à qualificação técnica inexistentes no edital.

### III – DA ILEGALIDADE

Tal certame trata da contratação de pessoa jurídica, porém não consta a exigência do Registro da empresa na entidade profissional competente tampouco atestado de capacidade técnica que comprove a competência da mesma.

O Órgão responsável por fiscalizar os serviços médicos de empresas é o Conselho de Médica (CRM), que no seu artigo 2º do Regimento interno descreve suas principais atribuições, como segue:

*“Cabe ao CRM-PR, como órgão supervisor da ética médica no Estado do Paraná e, ao mesmo tempo, julgador e disciplinador das atividades médicas, zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina, pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente”.*

A Resolução Nº 1.791/2011 no seu art. 3º do Conselho Federal de Medicina verba:

*“As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.”*

Complementando, vejamos a Lei 6.839/80 em seu art. 1º que trata sobre a obrigatoriedade do registro de classe das empresas:

*“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”*

A Lei de licitação 8.666/93 no seu artigo 30 regulamente as regras relativas à qualificação técnica das empresas licitantes:



*"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"*

A produção de edital sem exigências mínimas de qualificação técnica além de suprimir determinação da lei 8.666/93 de licitações fere o princípio constitucionais da legalidade, cabe lembrarmos aqui:

O princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal nos seguintes artigos:

*Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [ ... ]*

*II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [ ... ]*

*Art. 37º - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [ ... ]*

Enquanto no art. 5º, inciso II da CF, temos o Princípio da Legalidade disposto sob a ótica individual, determinando que o Poder Público, para determinar o que se poderá e o que não se poderá fazer, deve elaborar leis, o que nos garante uma maior segurança jurídica; temos no Art. 37 de nossa Carta Magna, o Princípio da Legalidade sob a ótica da Administração Pública, ao estabelecer que administrador público só poderá agir dentro daquilo que é previsto e autorizado por lei.





#### IV- DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Que seja acrescentado dentre as exigências de Qualificação Técnica/habilitação a apresentação do registro do CRM da Empresa que prestará o serviço.

Sem mais.

Anexo:

Contrato Social Consolidado.

Londrina, 25 de março de 2022.

THIAGO DE CASTRO  
SILVEIRA:02227928  
921

Assinado de forma digital por  
THIAGO DE CASTRO  
SILVEIRA:02227928921  
Dados: 2022.03.28 11:20:06  
-03'00'

Nome: Thiago de Castro Silveira  
CPF: 022279289-21  
Sócio Administrador

**Re: Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico n.018-2022**

Patricia Oliveira &lt;patricia.oliveira.avive@gmail.com&gt;

Seg, 28/03/2022 11:21

Para: Licitações Prefeitura de Coronel Domingos Soares &lt;licitapmcds@hotmail.com&gt;

 1 anexos (784 KB)

Impugnação Avive n. 08 - PE 18-22 Município de Coronel Domingos Soares.pdf;

Prezados,

Foi um erro de digitação.

Segue ajustado.

Por gentileza, queira considerar.

Em seg., 28 de mar. de 2022 às 10:13, Licitações Prefeitura de Coronel Domingos Soares <[licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com)> escreveu:

Bom dia!

Recebemos o pedido de impugnação e o mesmo foi encaminhado para análise do Departamento de Saúde. Segue em anexo:

Pedido de Impugnação protocolado;

Memorando solicitando análise;

Memorando em resposta à impugnação.

Aguardo confirmação do recebimento.

Att.,

**Rafaela Schereiner**

Analista Administrativo/Pregoeira

**Departamento de Licitações**

Coronel Domingos Soares - PR

(46) 3254 - 1166 / Ramal 214



---

**De:** Patricia Oliveira <[patricia.oliveira.avive@gmail.com](mailto:patricia.oliveira.avive@gmail.com)>**Enviado:** sexta-feira, 25 de março de 2022 18:31**Para:** [licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com) <[licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com)>**Assunto:** Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico n.018-2022

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo a IMPUGNAÇÃO do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2022, para análise e parecer.

Por gentileza, confirme o recebimento.

Atenciosamente,



**PATRÍCIA OLIVEIRA****ANALISTA DE LICITAÇÕES**

☎ 43 3337-0426

✉ [licitacoes@avive.srv.br](mailto:licitacoes@avive.srv.br)🌐 [www.avive.srv.br](http://www.avive.srv.br)

#Gestão de Serviços Médicos | #Assessoria Contábil | #Certificadora Digital

**Você cuida dos pacientes,  
a gente cuida do resto!****PATRÍCIA OLIVEIRA****ANALISTA DE LICITAÇÕES**

☎ 43 3337-0426

✉ [licitacoes@avive.srv.br](mailto:licitacoes@avive.srv.br)🌐 [www.avive.srv.br](http://www.avive.srv.br)

#Gestão de Serviços Médicos | #Assessoria Contábil | #Certificadora Digital

**Você cuida dos pacientes,  
a gente cuida do resto!**



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

098

**Memorando interno 025/2022**

Coronel Domingos Soares, 28 de março de 2022

De: Pregoeira Municipal  
Para: Departamento de Saúde

- a. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, em petição de impugnação do edital Pregão 18/2022, construído para Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas, cuja demanda solicita que seja acrescido nas condições editalícias, a exigência da apresentação do Registro do CRM da empresa que prestará o serviço, conforme cópia da impugnação em anexo;
- b. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 30/03/2022 tendo esta Pregoeira o prazo de 24 horas para manifestar-se sobre o pedido que poderá desencadear, dentre outros atos, a suspensão do certame ou até mesmo a sua reprogramação o que afetaria o fluxo de contratação para a Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas;

**Nos cumpre:**

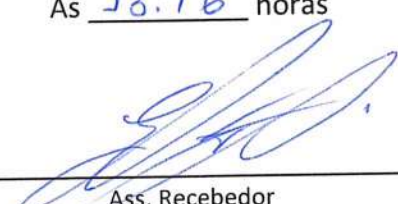
1. Requerer, em caráter de urgência/urgentíssima(entendido como 24 horas), seja construída manifestação expressa, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta a impugnação citada.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.

  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira  
Portaria nº 059/2021

Recebi uma via deste, em  
28 de março de 2022  
As 13:16 horas

  
Ass. Recebedor





**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**



099

**MEMORANDO INTERNO 099/2022**

**Do: Departamento Municipal de Saúde  
Para: Rafaela Schereiner – Pregoeira**

**Assunto: Memorando Interno 025/2022**

Prezada Senhora;

Pelo presente informamos a Vossa Senhoria que em relação a Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas, nossas demandas específicas estão contidas no termo de referencia enviado ao setor de licitações.

Em relação a legislação solicitamos que seja feito o questionamentos a Procuradoria do Município que detém capacidade técnica para interpretação das legislações citadas.

Mas destacamos que a fiscalização se a empresa está ou não de acordo com o que eles citam no requerimento a principio cabe aos Conselhos Regionais de Medicina.

Destacamos também que de nossa parte pode-se acrescentar o que a empresa impugnantes solicita, desde que seja dado publicidade e prazos a outras empresas que por ventura participem do referido processo licitatório.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Marly Bevilacqua Maito**  
Diretora do Departamento Municipal de Saúde  
Portaria nº 002/2021

Coronel Domingos Soares Pr., 28 de março de 2022.

elf



**AVISO DE SUSPENSÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 018/2022**  
**Processo n. 031/2022**

O Município de Coronel Domingos Soares/PR, por meio da Pregoeira oficial, designada pela Portaria n. 059/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, decide **SUSPENDER**, a licitação cujo objeto é a **“Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas”**. Justifica-se a suspensão em razão do Pedido de Impugnação encaminhado por e-mail na data de 28/03/2022, a qual será necessário maior tempo hábil para verificação técnica, considerando o Memorando Interno 099/2022, provindo do Departamento de Saúde, para assim definir as questões relacionadas a este certame.

Coronel Domingos Soares, 29 de março de 2022

  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira

RAFAELA SCHEREINER  
PORTARIA 059/2021  
PREGOEIRA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### **AVISO DE SUSPENSÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 018/2022 - Processo n. 031/2022

O Município de Coronel Domingos Soares/PR, por meio da Pregoeira oficial, designada pela Portaria n. 059/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, decide SUSPENDER, a licitação cujo objeto é a "Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas". Justifica-se a suspensão em razão do Pedido de Impugnação encaminhado por e-mail na data de 28/03/2022, a qual será necessário maior tempo hábil para verificação técnica, considerando o Memorando Interno 099/2022, provindo do Departamento de Saúde, para assim definir as questões relacionadas a este certame. Coronel Domingos Soares, 29 de março de 2022

Rafaela Schreiner - Pregoeira

000385006



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

102

**Memorando interno 026/2022**

Coronel Domingos Soares, 29 de março de 2022

De: Pregoeira Municipal

Para:

- a. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, em petição de impugnação do edital Pregão 18/2022, construído para Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas, cuja demanda solicita que seja acrescido nas condições editalícias, a exigência da apresentação do Registro do CRM da empresa que prestará o serviço, conforme cópia da impugnação em anexo;
- b. Considerando que a impugnação ora mencionada foi encaminhada ao Departamento de Saúde, para análise técnica e posterior manifestação, a qual foi respondida através do Memorando Interno 099/2022, em anexo;
- c. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 30/03/2022, mas devido a necessidade de melhor análise do pedido, esta Pregoeira, suspendeu o referido certame para a Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas;

**Nos cumpre:**

1. Requerer a esta Procuradoria, que seja construída manifestação, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta a impugnação citada, e prosseguimento ao certame, com a sua reprogramação de abertura.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.

  
**Rafaela Scheremer**  
Pregoeira  
Portaria nº 059/2021

Recebi uma via deste, em  
29 de março de 2022  
As 10:18 horas

  
Ass. Recebedor





**PARECER JURÍDICO nº 188/2022**

**Requerente:** Rafaela Schereiner – Pregoeira Municipal

**Requerimento:** memorando nº 26/2022 de 29/03/2022

**Objeto:** Requer parecer sobre impugnação de edital de pregão 18/22.

**I-Relatório**

A requerente, na condição de pregoeira, atuando no âmbito do processo de pregão eletrônico 18/22, apresenta a esta Procuradoria demanda de impugnação realizada por suposto interessado no certame “AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-CNPJ 33458/003/0001-22” a qual insurge-se contra a inexistência de dispositivo editalício que restrinja a participação no pregão somente à empresas que estejam previamente inscritas junto aos Conselhos Regionais de Medicina.

Apresenta-se anexo, memorando 99/2022 (28/03/2022) do setor municipal de saúde o qual, a seu turno, alega que tudo que diz respeito ao objeto foi consignado oportunamente no “Termo de Referência” por eles elaborado na fase interna e que questionamentos sobre legalidade ou não do arguido, não lhes é afeito e sim ao setor jurídico. Destacaram que são indiferentes a exigência ou não do dito cadastro e/ou inscrição debatida.

Dado o ínfimo lapso para atendimento da demanda, visto que a abertura está agendada para 30/03/2022, a Sra Pregoeira suspendeu o certame até que se ultrapassem os apontamentos da impugnante.

É o necessário relato.

**II- Parecer**

Inicialmente nos cumpre analisar o ponto argumentado pela impugnante quanto ao alegado fato de que o edital foi confeccionado sem prever as exigências mínimas de qualificação técnica, ao que invocamos o contido na Lei Federal 7.666/93, para que possamos pautar o que é “exigência mínima”:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I – (...)

II - qualificação técnica;

Neste diapasão a Norma já citada nos detalha em seu art. 30 todo o rol de qualificação técnica que o agente licitador está limitado a exigir em seus instrumentos de convocação:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou





outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada a exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Da simples leitura do caput do art. 30, supracitado, já denota-se que o legislador não inseriu no dispositivo o vocábulo “mínimo” e sim “limitar-se-á”, ou seja, a administração pública não está condicionada a exigir no “mínimo” o que dispõem o art. 30, mas sim até este limite, podendo, conforme o caso, optar por elementos de maior ou menor rigor.

A inteligência do legislador neste caso buscou justamente não estabelecer mínimos de exigência e sim limites para que não fosse imposto aos licitantes exigências restritivas à participação, afastando-se, assim, do intento maior dos processos licitatórios que é a busca da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Logo, a alegação do impugnante de que o edital foi composto sem respeito aos limites do artigo 30 da Lei 8.666/93 é totalmente vazia. Desta feita o instrumento de convocação ocupou-se em alcançar o maior número de licitantes sem direcionamentos a este ou aquele prestador de serviços.

Obviamente o edital menciona que, para fins de contratação, se fará necessária a comprovação de formação e de regularidade do profissional perante seu conselho de classe, o qual ou os quais será(ão) destacado(s) pela futura contratada para atuação junto ao Município, com vistas, obviamente, a ser aferida a condição do profissional.





De outra via, o impugnante invoca documento interno editado pelo Conselho Federal de Medicina, resolução 1.791/2011, que, em seu art. 3º, roga pela inscrição, junto aos CRMs estaduais, dos estabelecimentos prestadores de serviços na área da saúde.

Obviamente que a resolução do CRF não se sobrepõem à Norma Federal 8.666/93, que, a seu turno, é específica do tema licitações e contratos da administração pública, ou seja, o fato do CRF ter editado a sua norma interna, em nada altera o dispositivo citado anteriormente (art. 30 da Lei 8.666/93).

Ainda, os conselhos de classe não detêm a prerrogativa de colocar os entes federados a seus serviços para que passem a atuar como agentes fiscalizadores de seus afiliados. A Administração pública atende suas demandas de serviços e produtos através da confecção de editais que respeito os mínimos e máximos contidos nas Leis 8.666/93 e 10.520, logicamente aplicando as resguardas necessárias quando cabível e necessário para garantir o aperfeiçoamento dos objetos licitados e a proteção ao erário.

Neste diapasão, para ilustração, transcrevemos nota orientativa extraída do site do próprio CFM, observe-se:

“A inscrição das empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórias nos conselhos de fiscalização das diversas profissões regulamentadas, em razão da atividade básica como prestador ou intermediador pela qual prestem serviços a terceiros (Lei 6.839/80). Desta forma, depreende-se que, além da inscrição propriamente dita, a mesma está vinculada à anotação “do profissional legalmente habilitado, delas [das empresas] encarregado”, denominado diretor técnico. Em consonância com esta obrigatoriedade, devem ser observados os dispositivos preconizados nas resoluções vigentes que criam os cadastros regionais e o Cadastro Central de Estabelecimentos de Saúde sob Direção Médica, bem como as resoluções que determinam as diretrizes para inscrição, cancelamento, responsabilidade técnica e pagamento das taxas. Essas medidas têm como finalidade propiciar melhores condições ao desempenho da ação fiscalizadora de competência dos conselhos regionais e Federal de medicina. Os diretores técnicos das empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos inscritos nos conselhos regionais de medicina (CRMs) devem, obrigatoriamente, serem médicos. São duas as modalidades de inscrição: Registro e Cadastro. “

A gestão de seus afiliados e/ou regulação do exercício da profissão é inerente a cada conselho de classe e a fiscalização do cumprimento de seus atos lhes é afeita, entretanto não se verificam no edital as máculas que deseje concretizar a impugnante.

No que diz respeito a confecção do Termo de Referência, ainda na fase interna das licitações, o setor demandante do objeto que será licitado confeccionará o rol descritivo do objeto assim como eventuais considerações adicionais que venham a atender as peculiaridades daquele objeto, a exemplo de um atestado de visita prévia a local de uma obra ou a prestação de caução para manutenção de propostas. Nesta toada o setor municipal de saúde argumentou que descreveu o objeto exaustivamente entendendo que não há outras condicionantes a serem adicionadas ao edital além das já previstas.

Noutro sentido, também se manifesta no sentido de que não teria óbices caso venha a ser exigido, para fins de qualificação técnica, o registro e/ou cadastramento dos licitantes do ramo junto aos respectivos CRMs.

Neste quesito, caso o edital seja realinhado para exigir dita inscrição e/ou cadastro junto aos CRMs, não verificamos afronta ao disposto no art. 30 da Lei 8.666/93



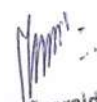
**III- Conclusão**

III.I O edital licitatório, na forma em que foi composto o rol de qualificação técnica, respeitou os limites do art. 30 da Lei 8.666/93, não estando eivado de ilegalidade;

III.II Caso venha a ser exigida a inscrição e/ou cadastro do licitante junto aos CRMs, apesar de não ser imposição legal, enquadra-se na faculdade/limitador do inciso I do art. 30 da Lei 8.666/93, sendo oportuno que, se for o caso, esta exigência reste consignada ao momento imediatamente anterior a contratação, evitando-se qualquer restrição aos licitantes no momento da disputa.

É o parecer.

Coronel Domingos Soares-PR, 31 de março de 2022.

  
Rogério Everaldo Schmidt  
Procurador - OAB-PR 59902  
Portaria 169/2015

  
04-04-22





**Memorando Interno 027/2022**

Coronel Domingos Soares, 04 de abril de 2022.

De: Divisão de Licitações  
Para: Departamento de Saúde  
Assunto: Impugnação Plantões Médicos

Venho por meio deste, encaminhar o Parecer Jurídico 188/2022, conforme solicitado à Procuradoria Jurídica, pelo Memorando Interno 026/2022, do Setor de Licitações em consonância com o pedido proferido pelo Departamento de Saúde, pelo Memorando Interno 099/2022.

Diante do Parecer Jurídico, solicito manifestação do Departamento de Saúde, o qual é o gerador da demanda para o objeto em questão, para que seja informado a esta Pregoeira, quais providências tomar diante da impugnação, com base no parecer anexo ao memorando. Após a decisão, será remarcada nova data com as devidas adequações.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira

*Recebido em 04-04-2022  
mmpado*



**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**



**MEMORANDO INTERNO 106/2022**

**Do: Departamento Municipal de Saúde  
Para: Rafaela Schereiner – Pregoeira**

**Assunto: Memorando Interno 027/2022**

Prezada Senhora;

Pelo presente informamos a Vossa Senhoria que em relação a Contratação de plantão presencial no Centro de Saúde da Sede de Coronel Domingos Soares, nos horários em que o Centro de Saúde da Sede não estiver atendendo, plantões de 12 horas, nossas demandas específicas estão contidas no termo de referencia enviado ao setor de licitações.

Que seja atendido na integra o Parecer Jurídico nº 188/2022.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Marly Bevilacqua Maito**  
Diretora do Departamento Municipal de Saúde  
Portaria nº 002/2021

Coronel Domingos Soares Pr., 05 de abril de 2022.

elf





**Interessado(a): Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA**

**Assunto: Resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital referente ao Processo 031/2022 do Pregão 018/2022 - Eletrônico**

Trata-se de resposta à manifestação encaminhada via e-mail e protocolada sob o nº 288/2022, provindo da empresa **Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22**, com endereço na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 500, Sala 1703, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, em que questiona condição do Edital do presente certame.

## **1. DO PEDIDO E SUA FORMA**

A razão de Pedido de Impugnação foi protocolada na administração sob nº 288/2022 no dia 28/03/2022, provindo da empresa **Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22**, tempestiva, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

## **2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS**

De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõe no item de suas razões – “PEDIDOS”, nos foi possível deduzir que o foco da impugnação se restringe a rogar que, a municipalidade omitiu exigência de documentação essencial para que se possa comprovar a regularidade técnica da empresa que prestará os serviços, alegando que tais requisitos seriam condições essenciais para a validade de qualquer procedimento licitatório, requerendo que a municipalidade passe a limitar à participação apenas àqueles licitantes que detenham registro do Conselho Regional de Medicina – CRM.

## **3. DA APRECIAÇÃO DO PEDIDO**

Primeiramente é importante ressaltar, que o Edital ao qual se refere, fora elaborado conforme o Termo de Referência 003/2022, proveniente do Departamento de Saúde, o qual é responsável por gerar a demanda, e solicitar as exigências as quais são cabíveis de acordo com a própria necessidade.

Dado o exíguo lapso temporal para análise da matéria suscitada pela impugnante determinamos a suspensão do processo licitatório, o qual será retomado e/ou reagendado oportunamente após a superação desta celeuma.

Para as devidas análises, e consequente decisão, juntou-se ao pedido de Impugnação, a manifestação do setor demandante (Departamento de Saúde), sendo que o mesmo solicitou orientação à Procuradoria Jurídica, para que após o parecer, se posicionassem quanto ao pedido de exigência do registro do Conselho Regional de Medicina – CRM.





PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
CNPJ 01614415/0001-18

110

Em sede final, o Departamento Municipal de Saúde, relatou que as devidas exigências e especificidades necessárias para o prosseguimento do certame, já estão suficientemente contidas no Termo de Referência 003/2022, sem nada a acrescentar considerando que, segundo o contido no Parecer Jurídico 188/2022, os requisitos editalícios não se afastam do previsto no art. 30 da Lei 8.666/93.

Neste sentido, para alicerçar esta manifestação, ressaltamos alguns pontos, visto que quando se trata de exigências, a lei 8666/93 detalha em seu art. 30 todo o rol de qualificação técnica que o agente licitador está limitado a exigir em seus instrumentos de convocação, senão observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).





**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**  
CNPJ 01614415/0001-18

II - (Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Consoante ao supracitado, é possível observar que no dispositivo não há o vocábulo “mínimo” e sim “limitar-se-á”, ou seja, a administração pública não está condicionada a exigir no “mínimo” o que dispõem o art. 30, mas sim até este limite, podendo, conforme o caso, optar por elementos de maior ou menor rigor.

O principal intuito do legislador foi de não estabelecer “pisos mínimos” de exigência, mas sim limites para que não fosse imposto aos licitantes exigências restritivas à participação, afastando-se, assim, do intento maior dos processos licitatórios que é a busca da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Referente a alegação da impugnante de que o edital fora elaborado sem cumprimento ao disposto no artigo 30 da Lei 8.666/93, cabe salientar que a preocupação na elaboração do certame ocupou-se em alcançar o maior número de licitantes sem direcionamentos a este ou aquele prestador de serviços.

A convocação para o objeto em questão ainda condiciona, para fins de contratação, à exigência de comprovação de formação e de regularidade do profissional/preposto da futura contratada perante seu respectivo conselho de classe, o qual ou os quais será(ão) destacado(s) pela futura contratada para atuação junto ao Município, com vistas, obviamente, a ser aferida a condição do profissional. Observe-se que este requisito deverá ser cumprido para fins de contratação não criando, desta forma, obstáculos à participação dos licitantes no certame.

Em resposta ao pedido da impugnante, para que seja acrescido a exigência do registro do Conselho Regional de Medicina – CRM, para comprovação de qualificação técnica na prestação dos serviços, ressalta-se que o acompanhamento das empresas que prestam esse serviços, é de inteira responsabilidade do próprio órgão fiscalizador da categoria/classe, e não compete a este ente federado atuar como preposto de conselhos e/ou agente de fiscalização.

Ainda para um melhor entendimento, apresenta-se nota orientativa extraída do site do próprio CFM, observe-se:

“A inscrição das empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórias nos conselhos de fiscalização das diversas profissões regulamentadas, em razão da atividade básica como prestador ou intermediador pela qual prestem serviços a terceiros (Lei 6.839/80). Desta forma, depreende-se que, além da inscrição propriamente





ditada, a mesma está vinculada à anotação "do profissional legalmente habilitado, delas [das empresas] encarregado", denominado diretor técnico. Em consonância com esta obrigatoriedade, devem ser observados os dispositivos preconizados nas resoluções vigentes que criam os cadastros regionais e o Cadastro Central de Estabelecimentos de Saúde sob Direção Médica, bem como as resoluções que determinam as diretrizes para inscrição, cancelamento, responsabilidade técnica e pagamento das taxas. Essas medidas têm como finalidade propiciar melhores condições ao desempenho da ação fiscalizadora de competência dos conselhos regionais e Federal de medicina. Os diretores técnicos das empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos inscritos nos conselhos regionais de medicina (CRMs) devem, obrigatoriamente, serem médicos. São duas as modalidades de inscrição: Registro e Cadastro. "

Ou seja, a gestão de seus afiliados e/ou regulação do exercício da profissão é inerente a cada conselho de classe e a fiscalização do cumprimento de seus atos lhes é afeita, entretanto não se verificam no edital as máculas que deseja concretizar a impugnante.

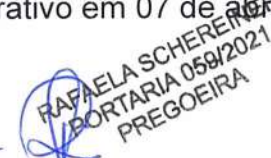
Embora o Parecer Jurídico 188/2022 não tenha o condão de determinar esta ou aquela opção de habilitação o mesmo manifesta que não se apresentam ilegalidade na condição em que foi inicialmente construído. De outra via, a exigência de inscrição em CRM também seria possível se assim entendesse oportuno o demandante do objeto, entretanto o Departamento de Saúde pacificou o tema recomendando a esta pregoeira a sequência do certame nos moldes previstos inicialmente no Termo de Referência, ou seja, sem a inclusão de outros requisitos restritivos.

Por fim, cabe ressaltar que as características e/ou peculiaridades do objeto são afeitas ao setor que o aproveitará, cuja competência deste detalhamento não se estende à Pregoeira, razão pela qual suspendemos o certame até que foses esgotadas as celeumas postas pelo impugnante.

#### 4. DECISÃO

Após estas breves considerações, **recebo o pleito da requerente para, no mérito, INDEFERI-LO na íntegra**, mantendo as condições do edital em seus moldes iniciais, sendo dado ciência ao interessado pelas vias de praxe bem como a consequente publicação deste Termo no DIOEMS, inserção da impugnação, bem como os documentos gerados para análise desta decisão no site do Município, decorrendo daí o fluxo natural do processo licitatório com as decisões correlatas necessárias.

Centro Administrativo em 07 de abril de 2022

  
Rafaela Schereiner  
Pregoeira



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

**Interessado(a): Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA**

Assunto: Resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital referente ao Processo 031/2022 do Pregão 018/2022–Eletrônico

Trata-se de resposta à manifestação encaminhada via e-mail e protocolada sob o nº 288/2022, provindo da empresa Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, com endereço na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 500, Sala 1703, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, em que questiona condição do Edital do presente certame.

### 1. DO PEDIDO E SUA FORMA

A razão de Pedido de Impugnação foi protocolada na administração sob nº 288/2022 no dia 28/03/2022, provindo da empresa Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, tempestiva, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

### 2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõe no item de suas razões – “PEDIDOS”, nos foi possível deduzir que o foco da impugnação se restringe a rogar que, a municipalidade omitiu exigência de documentação essencial para que se possa comprovar a regularidade técnica da empresa que prestará os serviços, alegando que tais requisitos seriam condições essenciais para a validade de qualquer procedimento licitatório, requerendo que a municipalidade passe a limitar à participação apenas àqueles licitantes que detenham registro do Conselho Regional de Medicina – CRM.

### 3. DA APRECIÇÃO DO PEDIDO

Primeiramente é importante ressaltar, que o Edital ao qual se refere, fora elaborado conforme o Termo de Referência 003/2022, proveniente do Departamento de Saúde, o qual é responsável por gerar a demanda, e solicitar as exigências as quais são cabíveis de acordo com a própria necessidade.

Dado o exíguo lapso temporal para análise da matéria suscitada pela impugnante determinamos a suspensão do processo licitatório, o qual será retomado e/ou reagendado oportunamente após a superação desta celeuma.

Para as devidas análises, e consequente decisão, juntou-se ao pedido de Impugnação, a manifestação do setor demandante (Departamento de Saúde), sendo que o mesmo solicitou orientação à Procuradoria Jurídica, para que após o parecer, se posicionassem quanto ao pedido de exigência do registro do Conselho Regional de Medicina – CRM. Em sede final, o Departamento Municipal de Saúde, relatou que as devidas exigências e especificidades necessárias para o prosseguimento do certame, já estão suficientemente contidas no Termo de Referência 003/2022, sem nada a acrescentar considerando que, segundo o contido no Parecer Jurídico 188/2022, os requisitos editalícios não se afastam do previsto no art. 30 da Lei 8.666/93.

Neste sentido, para alicerçar esta manifestação, ressaltamos alguns pontos, visto que quando se trata de exigências, a lei 8666/93 detalha em seu art. 30 todo o rol de qualificação técnica que o agente licitador está limitado a exigir em seus instrumentos de convocação, senão observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II – (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for



ADENDO 01

PREGÃO ELETRÔNICO N. 018/2022  
Processo n. 031/2022

1. Considerando o pedido de impugnação, o qual levou a suspensão do presente processo, após indeferimento do pleito em 07/04/2022, permanecendo inalterado outros dispositivos do certame, determinamos a seguinte alteração:

“Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital do certame fica assim definida:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 10h (horário local) do dia 27 de abril de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link – licitações.”

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 10h30min (horário local) do dia 27 de abril de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link - licitações.”

3. Os demais dispositivos constantes do edital de licitação permanecem inalterados e válidos.

Ciência aos interessados pelas vias de praxe, através do portal de transparência do Município e publicação junto ao DIOEMS.

Centro Administrativo Adão Reis, em 08 de abril de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Rafaela Schereiner  
Pregoeira

RAFAELA SCHEREINER  
SECRETARIA 059/2021  
PREGOEIRA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### ADENDO 01

PREGÃO ELETRÔNICO N. 018/2022 - Processo n. 031/2022

1. Considerando o pedido de impugnação, o qual levou a suspensão do presente processo, após indeferimento do pleito em 07/04/2022, permanecendo inalterado outros dispositivos do certame, determinamos a seguinte alteração:

"Agenda de eventos" constante do preâmbulo do edital do certame fica assim definida:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 10h (horário local) do dia 27 de abril de 2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link – licitações."

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 10h30min (horário local) do dia 27 de abril de 2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link–licitações."

3. Os demais dispositivos constantes do edital de licitação permanecem inalterados e válidos. Ciência aos interessados pelas vias de praxe, através do portal de transparência do Município e publicação junto ao DIOEMS.

Centro Administrativo Adão Reis, em 08 de abril de 2022.

Rafaela Schereiner - Pregoeira

C14350442

**CARTA PROPOSTA**

EM: 27/04/2022

AO  
MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES – PARANÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022  
PROCESSO Nº 031/2022  
Comissão de Licitação – Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos serviços abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

**1. Identificação do Concorrente:**

Razão Social: PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

CNPJ: 11.505.498/0001-60 – Inscrição Estadual: 20.469.314-4

Endereço: Rua das Alagoas 19b, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP: 59150-758

E-mail: prosegltadaa@gmail.com

Representante e Cargo: Alberto Ferreira da Rocha - Administrador

RG 2292724 SSP/RN - CPF: 060.467.934-32

Endereço: Rua: Joaquim Eduardo de Farias, nº 209 – Ponta Negra – Natal/RN, CEP.: 59091-130

Contato: (84) 99987-0686

**2. Dados Bancários**

Banco do Brasil – 001

Agência Ribeira Nº 1246-7

Natal/RN

Número da Conta Bancária nº 58609-9 (Conta Corrente)

Proseg Consultoria e Serviços Especializados Eireli

**3. Condições Gerais**

- 3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**Item 1 - Lote 001**

Item	Código do produto / serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6497	Plantão para serviço de Médico Generalista de Segunda a Sexta-feira (dias úteis) Noite das 18h30min às 06h30min (12 horas).	1.300	UN	120,61	156.798,00
TOTAL						R\$ 156.798,00



Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto / serviço	Nome do produto / serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6498	Plantão para Serviço de Médico Generalista Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos - <b>DIA</b> das 07h00min às 19h00min (12 horas).	550	UN	123,00	67.650,00
2	6499	Plantão para Serviço de Médico Generalista Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos - <b>NOITE</b> das 19h00min às 07h00min (12 horas).	550	UN	127,54	70.149,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 137.799,00</b>

Valor total: 294.597,00 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e noventa e sete reais).

A Proposta terá validade de **60 (sessenta) dias**, a partir da data de abertura do pregão.

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento dos serviços, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).

Parnamirim/RN, 27 de abril de 2022.

  
**Alberto Ferreira da Rocha**  
Administrador  
CPF 060.467.934-32

**PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI****CNPJ: 11.505.498/0001-60****ALTERAÇÃO Nº 03 DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Pelo presente instrumento particular de constituição de empresa individual de responsabilidade limitada o **Sr. ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**, brasileiro, Técnico em Segurança do Trabalho, Solteiro, nascido em 28.07.1987, empresário, CNH nº 03950763155, DETRAN/RN e CPF nº 060.467.934-32, residente e domiciliado na Rua Ibiapina, 2339, Conjunto Panatis II, Potengi, Natal/RN, CEP: 59.108-350. Com fundamento no artigo 980-A da Lei 10.406/2002, a **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada** de natureza empresária, com seu ato constitutivo devidamente registrado na JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Nº 24600080986 em 14/05/2018, resolve alterar o instrumento o qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes, observando nas omissões as regras previstas para as sociedades limitadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

O objeto da empresa será de:

- 86.90-9-99 - Atividades de atenção à saúde humana.
- 85.99-6-99 - Atividades de ensino.
- 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionada à segurança do trabalho.
- 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.
- 74.90-1-99 - Atividades profissionais, científicas e técnicas.
- 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação.
- 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas.
- 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos.
- 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos.
- 90.01-9-02 - Produção musical.
- 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
- 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê.
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios.
- 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança.
- 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica.
- 90.01-9-01 - Produção teatral.
- 93.19-1-99 - Atividades esportivas.
- 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios.
- 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
- 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
- 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
- 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.



86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.  
86.50-0-01 - Atividades de enfermagem.  
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia.  
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial  
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato, não especificamente alcançadas pelo presente instrumento que ficará fazendo parte daquele documento arquivado na JUCERN.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO**

A empresa decide consolidar o contrato e aditivos nos termos dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo discriminadas:

# **INSTRUMENTO CONSOLIDADO PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI CNPJ: 11.505.498/0001-60**

O Sr. **ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**, brasileiro, Técnico em Segurança do Trabalho, Solteiro, nascido em 28.07.1987, empresário, CNH nº 03950763155, DETRAN/RN e CPF nº 060.467.934-32, residente e domiciliado na Rua Ibiapina, 2339, Conjunto Panatis II, Potengi, Natal/RN, CEP: 59.108-350. Com fundamento no artigo 980-A da Lei 10.406/2002, a **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada** de natureza empresária, com seu ato constitutivo devidamente registrado na JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Nº 24600080986 em 14/05/2018, resolve consolidar o instrumento o qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes, observando nas omissões as regras previstas para as sociedades limitadas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO**

A empresa individual tem denominação de: **PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**

### **Parágrafo Primeiro:**

Observadas as disposições da legislação aplicável, a empresa poderá abrir e fechar filiais, agências e/ou escritórios comerciais em qualquer parte do território nacional por decisão do titular.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA SEDE**

A empresa localiza-se na Rua das Alagoas, nº 19 – Sala B, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP: 59.150.758.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO**

O objeto da empresa será de:

- 86.90-9-99 - Atividades de atenção à saúde humana.
- 85.99-6-99 - Atividades de ensino.
- 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionada à segurança do trabalho.
- 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.
- 74.90-1-99 - Atividades profissionais, científicas e técnicas.
- 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação.
- 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas.
- 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos.
- 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos.
- 90.01-9-02 - Produção musical.
- 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
- 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê.
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios.
- 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança.
- 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica.
- 90.01-9-01 - Produção teatral.
- 93.19-1-99 - Atividades esportivas.
- 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios.
- 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
- 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas.
- 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
- 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
- 86.30-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.
- 86.30-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.
- 86.50-0/01 - Atividades de enfermagem.
- 86.50-0/04 - Atividades de fisioterapia.
- 86.30-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial.
- 86.50-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição.

**CLÁUSULA QUARTA: DO INÍCIO DE ATIVIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO**

A empresa iniciou suas atividades em 20/01/2010 e prosseguirá transformada em Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. a partir da data do deferimento deste instrumento pela Junta comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN e terá prazo de duração por tempo indeterminado.



## **CLÁUSULA QUINTA: DO CAPITAL E INTEGRALIZAÇÃO**

O capital é de **R\$ 505.000,00** (quinhentos e cinco mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país oriundo do capital da sociedade ora transformada.

### **Parágrafo Único:**

A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL – DOS PODERES DO TITULAR**

A administração da EIRELI caberá a titular o Sr. **ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva da empresa, judicial e extrajudicial, sempre podendo praticar todos os atos decorrentes do objeto social no interesse da empresa, inclusive aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, aquisição de direitos de terceiros autorizado o uso da denominação social, em juízo ou fora dele, tendo para tanto direito ao uso da denominação social, a faculdade de movimentar contas bancárias, contrair empréstimos, receber e dar quitação, emitir e endossar duplicatas, constituir procuradores em nome da empresa para o bom desempenho das atividades, podendo para tanto, sempre assinar isolada e indistintamente.

### **Parágrafo Único:**

O titular, Sr. e **ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**, declara sob as penas da lei que não possui nem é titular de nenhuma outra empresa nos moldes de empresa individual de responsabilidade limitada em qualquer parte do território nacional.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO EXERCÍCIO, LUCROS E PREJUÍZO.**

Ao término de cada exercício em 31 de dezembro de cada ano, o titular procederá ao levantamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício após as deduções previstas em lei e no ato constitutivo da empresa individual de responsabilidade limitada, à formação de reservas que forem consideradas como necessárias e os lucros ou prejuízos serão suportados pelo empresário na proporção das quotas do capital que é possuidor.

### **Parágrafo Único:**

No curso dos quatro meses posteriores ao encerramento do exercício comercial, o empresário deliberará quanto às contas patrimoniais e do resultado econômico e poderá efetuar a distribuição dos resultados de cada exercício.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO FALECIMENTO**

No caso de falecimento do titular ou incapacidade superveniente comprovada, a empresa continuará com os herdeiros do falecido ou incapaz. Depois de concluído o inventário, no caso de falecimento, será feita alteração com a inclusão do herdeiro na empresa e, no caso de incapacidade, será indicado pela família um representante legal na ocupará a condição de titular.

**Parágrafo Único:**

No caso de desinteresse por parte do herdeiro ou representante legal em continuar as atividades da empresa, os direitos serão apurados em balanço especial a que se refere o “caput” do presente, serão pagos em moeda corrente em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após 30 (trinta) dias do levantamento do balanço especial e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

**CLÁUSULA NONA: DO DESIMPEDIMENTO**

O titular, Sr. **ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**, acima qualificado, declara sob as penas da lei que não está impedido por lei especial de exercerem a administração da empresa e nem condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade conforme artigo 1.011, parágrafo 1º do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA LIQUIDAÇÃO**

No caso de liquidação da empresa individual por interesse do titular será nomeado um liquidante, o qual administrará a empresa durante o período de liquidação, prestando contas de seus atos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

Fica eleito o Fórum da comarca da Cidade de Parnamirim/RN para serem resolvidas as dúvidas que se originarem do presente instrumento de alteração e consolidação da empresa individual de responsabilidade limitada, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por se achar assim perfeito de acordo, em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, assina e obrigam-se a cumprir o presente contrato, em 01 (um) exemplar, sendo destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN.

Parnamirim/RN 05 de Novembro de 2021.

---

**ALBERTO FERREIRA DA ROCHA**





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01051728479	NEZIA MERABI LIRA
06046793432	ALBERTO FERREIRA DA ROCHA



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/11/2021 13:15 SOB N° 20210811790.  
PROTOCOLO: 210811790 DE 11/11/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108337462. CNPJ DA SEDE: 11505498000160.  
NIRE: 24600080986. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/11/2021.  
PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.redesim.rn.gov.br](http://www.redesim.rn.gov.br)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

HOME  
ALBERTO FERREIRA DA ROCHA

DOC. IDENTIDADE / C.R.C. EMISSOR: 002292724 / ITPP / RN

CIV. 060.467.934-32 / DATA NASCIMENTO: 26/07/1987

FAMÍLIA  
FRANCISCO ROBERTO DA ROCHA  
ALLETE BARROS FERREIRA DA ROCHA

PERMISSÃO: [ ] ACE: [ ] CATEG. 3

Nº REGISTRO: 03950753165 / VALIDADE: 05/10/2021 / 1ª HABILITAÇÃO: 13/10/2006

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

IDCAL: NATAL, RN / DATA EMISSÃO: 07/10/2016

68235345423 / RN702485863

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1290493921

PROIBIDA PLASTIFICAÇÃO  
1290493921

**NATAL CARTÓRIO 7º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Leônicio Estêvão de Medeiros, 2935 - Capim Macio - 59.078-570 - Natal / RN  
Fone: (84) 4008.5858 - E-mail: 7cartorio@natal.j7cartorio.com.br

861. Luis Célio Soares  
Oficial

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico sob o selo no.

Confira a autenticidade em: <https://selodigital.tjn.jus.br>

Selo Digital: RN202000949790058018FE1

Natal, 16 de Abril de 2020 13:31:50

Em testemunho da verdade Silvana dou fé.

Usuário: viviane

AB274636

Silvana Maria Silva de Brito  
CPF: 566.538.754-15  
TABELA SUBSTITUTA

QR CODE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE POLICIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

**CARTÃO DE IDENTIDADE**

ALBERTO FERREIRA DA ROCHA

02.792.724

28/07/1983

22. VII

040.457.974-32

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO  
Nº 02.792.724

DATA DE EMISSÃO  
28/07/2008

FRANCISCO ROBERTO DA SILVA  
ALTEI BARROS FERREIRA DA SILVA

NATAL - RN  
CERT. DE NASCIMENTO L-0258 F-374 RG-36357

28/07/1983

040.457.974-32

22. VII

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

**NATAL CARTÓRIO 7º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Leônidas Belvino da Mota, 2935 - Capim Macio - 59.078-070 - Natal / RN  
Fone: (84) 4008.5658 • E-mail: 7cartorioat@7cartorio.com.br


Bel. Luis Célio Soares  
Oficial

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico sob o selo no.  
Confira a autenticidade em: <https://selodigital.tjn.ju.br>  
Selo Digital: RN2022008497900741286IL  
Natal, 8 de Abril de 2022, às 27:28  
Em testemunho da verdade  
Usuario: detinha  
AQ085589

**Deusdedit Patria do Nacão**  
CPF: 022.657.644-26  
Escrivente Autorizada



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>11.505.498/0001-60</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>20/01/2010</b>
NOME EMPRESARIAL <b>PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PROSEG ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas</b> <b>43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica</b> <b>43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</b> <b>43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração</b> <b>43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material</b> <b>56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê</b> <b>71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho</b> <b>74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos</b> <b>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b> <b>78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b> <b>80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico</b> <b>81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios</b> <b>81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas</b> <b>82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas</b> <b>82.30-0-02 - Casas de festas e eventos</b> <b>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</b> <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b> <b>86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente</b> <b>86.50-0-01 - Atividades de enfermagem</b> <b>86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári</b>		
LOGRADOURO <b>R DAS ALAGOAS</b>	NÚMERO <b>19</b>	COMPLEMENTO <b>SALA B</b>
CEP <b>59.150-758</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NOVA PARNAMIRIM</b>	MUNICÍPIO <b>PARNAMIRIM</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PROSEGLTDAA@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(84) 9836-0065</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/01/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/04/2022 às 08:12:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.505.498/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/01/2010
NOME EMPRESARIAL PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde 90.01-9-01 - Produção teatral 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R DAS ALAGOAS	NÚMERO 19	COMPLEMENTO SALA B
CEP 59.150-758	BAIRRO/DISTRITO NOVA PARNAMIRIM	MUNICÍPIO PARNAMIRIM
ENDEREÇO ELETRÔNICO PROSEGLTDAA@GMAIL.COM		UF RN
TELEFONE (84) 9836-0065		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/01/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/04/2022 às 08:12:01 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E PUBLICIDADE 2022 - LICENCIADO

INSCRIÇÃO: <b>0214310</b>	CPF / CNPJ: <b>11.505.498/0001-60</b>	INÍCIO DA ATIVIDADE: <b>01/2010</b>	ISS		PUBLICIDADE	
NOME / RAZÃO SOCIAL: <b>PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI</b>			REGIME: <b>HOMOLOGADO</b>	ATÉ:	REGIME: <b>NORMAL</b>	ATÉ:
			TLL		PLACA LUMIN. ATÉ 3M²:	ANÚNCIOS > 7M²:
NOME FANTASIA: <b>PROSEG</b>			REGIME: <b>NORMAL</b>	ATÉ:	PLACA LUMIN. 3M² À 7M²:	PINTURAS ATÉ 3M²:
			ÁREA EM M²: <b>20.00</b>		PLACA LUMIN. > 7M²:	PINTURAS 3 À 7M²:
ENDEREÇO: <b>RUA DAS ALAGOAS, 19, NOVA PARNAMIRIM, 59150-758</b>			DADOS DO ALVARÁ		PLACA SIMPLES ATÉ 3M²:	PINTURAS > 7M²:
			DATA DE INCLUSÃO: <b>07/12/2018</b>	DATA DE EMISSÃO: <b>31/03/2022</b>	PLACA SIMPLES 3M² À 7M²:	PINTURA MUROS ATÉ 3M²:
NATUREZA JURÍDICA: <b>EMP. IND. DE RESP. LTDA (NAT. EMPRE.)</b>			VALIDADE: <b>31/12/2022</b>		PLACA SIMPLES > 7M²:	PINTURA MUROS 3 À 7M²:
			CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: <b>IEEM68660</b>		ANÚNCIOS ATÉ 3M²:	PINTURA MUROS > 7M²:
ATIVIDADES ECONÔMICAS: Q8690-9/099 - OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE H F4292-8/001 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS F4321-5/000 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA F4322-3/001 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E F4322-3/002 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE F4330-4/002 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, I5620-1/002 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E M7119-7/004 - SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADA M7420-0/004 - FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS M7490-1/099 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E N7810-8/000 - SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA N8020-0/001 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMA			INSTRUÇÕES GERAIS: DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL DE CONTRIBUÍNTES DA PREFEITURA DE PARNAMIRIM. O SEU USO É OBRIGATÓRIO PARA OS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA VALIDADE DESTES CARTÕES É NECESSÁRIO QUE NÃO CONSTE RASURAS E SEJA AUTENTICADO ATRAVÉS DO CÓDIGO DE VALIDAÇÃO IEEM68660, NO SITE <a href="https://www.parnamirim.rn.gov.br/">https://www.parnamirim.rn.gov.br/</a> .			
			ANÚNCIOS 3M² À 7M²:			





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI**  
**CNPJ: 11.505.498/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:05:13 do dia 17/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/09/2022.

Código de controle da certidão: **810C.01BA.4EAB.0855**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Secretaria de Estado da Tributação**  
**Procuradoria Geral do Estado**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA Nº 7205809**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS E À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

Contribuinte: **PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI**  
CNPJ: **11.505.498/0001-60** Inscrição Estadual: **20.469.314-4**

Certificamos que, até a presente data, não constam pendências em nome do sujeito passivo acima especificado, referente a tributos estaduais ou débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria de Estado de Tributação e da Procuradoria Geral do Estado, não abrangendo as taxas e contribuições devidas aos demais órgãos do Estado, exceto se inscritas na Dívida Ativa.

**ASPECTOS DE VALIDADE**

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada na Internet, no endereço <https://uvt2.set.rn.gov.br/#/services/autenticidade/certidao-conjunta>.

Certidão emitida com base no Decreto Estadual nº 30.416, de 15/03/2021.

Emitida em **06/01/2022** às **09:41:44** <Horário de Natal/RN>.

Endereço IP: **186.236.213.191**.

Validade até **05/05/2022**.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**Prefeitura Municipal de Parnamirim**  
**Secretaria Municipal de Tributação**

**Certidão Negativa de Débitos**  
**para com a Fazenda Municipal Nº 387.675**

**Contribuinte:**

**PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI**

**C.N.P.J.:**

**Inscrição no CMC:**

11.505.498/0001-60

021.431-0

Certificamos que, até a presente data, não consta em nossos arquivos, crédito tributário vencido, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, ficando ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada.

Certidão expedida com base no artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 10 de 26 de julho de 1996 e no artigo 151 do Código Tributário Nacional, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 104 de 10 de janeiro de 2001 combinada com a Portaria nº 041 de 16 de abril de 2003.

**Emitida em 20 de ABRIL de 2022, 15:17:13 horas**

**Certidão Válida por 60 dias**

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet, no site**  
**<http://www.parnamirim.rn.gov.br/> , pelo agente recebedor**

**Código de Validação:** WCVO69448

---

**CERTIDÃO EMITIDA PELA INTERNET Nº 387.675**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 11.505.498/0001-60

**Razão Social:** PROSEG ASSESSORIA EM SEGURANCA E SAUDE OCUPACIONAL LTDA

**Endereço:** R DAS ALAGOAS 19 SALA B / NOVA PARNAMIRIM / PARNAMIRIM / RN /  
59150-758

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/04/2022 a 11/05/2022

**Certificação Número:** 2022041201393771309633

Informação obtida em 20/04/2022 15:19:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.505.498/0001-60

Certidão n°: 8334368/2022

Expedição: 14/03/2022, às 10:01:37

Validade: 10/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 11.505.498/0001-60, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
SECRETARIA DE TRABALHO  
Coordenação-Geral de Recursos

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
**NEGATIVA**

**EMPREGADOR:** PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI

**INSCRIÇÃO:** 11.505.498/0001-60

**DATA E HORA DA EMISSÃO:** 11/04/2022, às 13:34:29, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º, parágrafo único da Portaria MTE nº 1.421/2014, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

Endereço: <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar>

Código: **F96KGWB17**

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.





**PODER JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Data Emissão  
11/04/2022

**CERTIDÃO ESTADUAL**

**Falência e/ou Recuperação Judicial e Extrajudicial**

**CERTIDÃO Nº: 0547804/2022**

**FOLHA 1/2**

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**Nome:** PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI  
**CPF/CNPJ:** 11.505.498/0001-60  
**RG:**  
**Endereço:**  
**Data Nascimento:**  
**Nome Mãe:**  
**Nome Pai:**

Na hipótese de haver processos com Segredo de Justiça e Sigilo Externo, não serão informados nessa Certidão.

CERTIFICO, outrossim, que os dados pessoais, constantes nesta certidão, foram informados pelo solicitante, devendo sua titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.

Esta certidão abrange a 1ª Instância da Justiça Estadual do RN.

O TJRN CERTIFICA AINDA, que a pesquisa dos registros de distribuições de feitos cíveis, envolvendo as Ações de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, inclui também os procedimentos do Decreto Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

CERTIFICA finalmente, que esta certidão, pode ter sua autenticidade confirmada no endereço eletrônico [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br), no campo Consultas / Emissão e autenticação de certidão, informando-se o seu número, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias de validade.

Esta certidão está sendo emitida com base na busca processual realizada na base de dados unificada do GPS-JUS, em 11/04/2022 13:29. Esta é uma base consolidada do TJRN que contempla os seguintes sistemas: PJE (1º e 2º Grau), SAJ (1º e 2º Grau) e SEEU.



**PODER JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Data Emissão  
11/04/2022

**CERTIDÃO ESTADUAL**

**Falência e/ou Recuperação Judicial e Extrajudicial**

**CERTIDÃO Nº: 0547804/2022**

**FOLHA 2/2**

Esta certidão terá validade de 30 dias corridos, contados a partir da data de expedição do documento.

Código autenticador: 89ed73b4c8875de5e3f89e260e11e6c1

A autenticidade dessas informações pode ser verificada por meio do endereço eletrônico:  
<https://apps.tjrn.jus.br/certidoes/f/public/index.xhtml>

Estado do Rio Grande do Norte, Segunda-feira, 11 de Abril de 2022 às 13:29

---





**PODER JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Data Emissão  
11/04/2022

**CERTIDÃO ESTADUAL**

**Ações e Execuções Cíveis e Fiscais**

**CERTIDÃO Nº: 2552503/2022**

**FOLHA 1/1**

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**Nome:** PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI  
**CPF/CNPJ:** 11.505.498/0001-60  
**RG:**  
**Endereço:** Rua das Alagoas, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, 59150-758  
**Data Nascimento:**  
**Nome Mãe:**  
**Nome Pai:**

Na hipótese de haver processos com Segredo de Justiça e Sigilo Externo, não serão informados nessa Certidão.

CERTIFICO que os dados pessoais, constantes nesta certidão, foram informados pelo solicitante, devendo sua titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.

Esta certidão está sendo emitida com base na busca processual realizada na base de dados unificada do GPS-JUS, em 11/04/2022 13:28. Esta é uma base consolidada do TJRN que contempla os seguintes sistemas: PJE (1º e 2º Grau), SAJ (1º e 2º Grau) e SEEU.

Esta certidão terá validade de 30 dias corridos, contados a partir da data de expedição do documento.

Código autenticador: 28decfe23cf28f9bf29e2a3fb885f0de

A autenticidade dessas informações pode ser verificada por meio do endereço eletrônico:  
<https://apps.tjrn.jus.br/certidoes/f/public/index.xhtml>

Estado do Rio Grande do Norte, Segunda-feira, 11 de Abril de 2022 às 13:28



Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL

Nº 202200155878

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES

## Natureza: Execução Fiscal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**  
CNPJ: 11505498000160

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfrn.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Natal, 11/04/2022 13:27:11

**Natal/RN** - Rua Dr. Lauto Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP: 59.064-250 | [distribuicao@jfrn.jus.br](mailto:distribuicao@jfrn.jus.br) ou WhatsApp: (84) 99142-9529  
**Assú/RN** - Rua Doutor Luiz Carlos, 3048, Dom Elizeu, CEP: 59650-000 | [secretaria11vara@jfrn.jus.br](mailto:secretaria11vara@jfrn.jus.br) ou WhatsApp: (84) 99609-9647  
**Caicó/RN** - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP: 59300-000 | [distribuicao9vara@jfrn.jus.br](mailto:distribuicao9vara@jfrn.jus.br) ou WhatsApp: (84) 99144-2047  
**Ceará-Mirim/RN** - Avenida Luiz Lopes Varela, 1123, Conj. Luiz Lopes Varela, CEP: 59570-000 | [secretaria15vara@jfrn.jus.br](mailto:secretaria15vara@jfrn.jus.br) ou WhatsApp: (84) 98101-4355  
**Mossoró/RN** - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400 | [distribuicaomossoro@jfrn.jus.br](mailto:distribuicaomossoro@jfrn.jus.br)  
**Pau dos Ferros/RN** - Rua Djalma de Freitas, s/n - Princesinha do Oeste, CEP: 59900-000 | [secretaria12vara@jfrn.jus.br](mailto:secretaria12vara@jfrn.jus.br) ou WhatsApp: (84) 99117-8468